

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

Between individuals, objects and documents invisible realities emerge

153

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Ediane Toscano Galdino de Carvalho¹

DOI 10.26512/museologia.v13i26.52876

Resumo

Este artigo apresenta as expressões humanas materializadas enquanto objetos potencialmente informativos que podem visibilizar determinada realidade no processo de musealização. Este conceito permite ampliar novas perspectivas e apontar para a realização cuidadosa de um planejamento de representação do documento durante todo o processo museal. Por ser uma revisão de literatura, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica explorando diferentes fontes de informações impressas e virtuais. Desse modo constatou-se que a musealização possibilita eliminar narrativas imprecisas e tendenciosas no processo de tratamento do objeto que, ao deixar a função de produto utilitário para ser testemunho de um contexto nas relações humanas, assume a condição documental, informacional, comunicacional e de testemunho de realidades.

Palavras-chave

musealização; documentos potenciais de informação; representação do documento; visibilização do objeto.

Abstract

This article presents materialized human expressions as potentially informative objects that may give visibility to a given reality in the process of musealization. This concept allows new perspectives to be broadened and indicates the need for careful planning of the document's representation throughout the technical process at the museum. As this is a literature review, bibliographical research was used as a methodological resource, exploring different sources of printed and virtual information. As a result, it was found that musealization makes it possible to eliminate inaccurate and biased narratives in the process of treating the object which, by leaving the function of a utilitarian product to become a testimony of a context in human relations, takes on the condition of documentary, informational, communicational and testimony of realities.

Keywords

musealization; potential information documents; document representation; object visualization.

Introdução

Utilizar os objetos como instrumentos de estudos possibilita expandir e interrelacionar áreas afins, sobretudo quando se trata de objetos enquanto testemunhos de realidades. Verificamos que desafiar o tempo e testemunhar a história é uma das características dos objetos, entendida a partir da complexidade das relações nas práticas sociais e culturais vivenciadas com os seres humanos e com o mundo ao qual pertence. Esses instrumentos materiais estão circunscritos em entrelaçamentos de coisas que permitem movimentar ações e

¹ Professora do Departamento de Ciência da Informação / UFPB. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco / UFPE. Mestra em Ciência da Informação/UFPB. Graduação em Biblioteconomia e Administração de Empresas/UFPB. É Editora da revista Archeion Online / UFPB. Bibliotecária na Biblioteca Central Zila Mamede / UFRN (1996-2006), na Biblioteca Central (UFPB) (2006-2009) e no Programa de Pesquisa em Literatura Popular (PPLP)/UFPB (2008-2009). Vice-Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia - 15ª Região (2009 a 2011). Secretária da Associação de Bibliotecários da Paraíba (2006-2008).

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

trazer à tona novas formas de dar sentido à vida, fato que os torna efetivamente instrumentos culturais ao estabelecer trocas dinâmicas e interativas.

Historicamente os ancestrais dos seres humanos perceberam que tudo ao seu redor pode ser instrumento que possibilita desafiar seus próprios limites. Esses humanos enxergaram na coisa que estava próxima – considerada matéria constituída de substância – uma maneira de qualificar o seu modo de agir, ligando-as a sua própria necessidade de sobrevivência e gerando um mundo cada vez mais evoluído materialmente. É inegável perceber a impossibilidade de indivíduos viverem em um vazio sem a interação de objetos. Faria pouco ou nenhum sentido tal situação. Dessa união surge um universo de descobertas, desafios, construções, desconstruções e transformações durante as trocas. São visíveis inúmeros tipos de produtos criados para as mais diversas funções, no entanto a cada processo de transformação social e cultural, muitos deixam a função de uso do cotidiano em razão de sua substituição por outros de tecnologias mais avançadas.

Desse modo, objetivamos neste artigo refletir sobre as expressões humanas materializadas enquanto documentos potenciais de informação e testemunhos de realidades que podem ser visibilizados a partir da sua função simbólica que dá sentido e significado a determinada realidade. Para tanto é pertinente entendermos que os referidos objetos assumem diversos papéis totalmente diferenciados do objetivo original de criação, sobretudo ao se estabelecerem em uma nova fase. Quando coletados por instituições museais, passam pelo processo de musealização, adquirem valores sentidos e significados de acordo com sua trajetória e a percepção institucional. Essas características os tornam símbolos representativos de algo e os transformam em objetos potencialmente informacional. De acordo com Desvallées e Mairesse (2010, 2013) os objetos ao serem separados de seu ambiente tornam-se modelos de uma realidade e portadores de informação. A eles são atribuídos valores específicos emanados dos seus aspectos culturais. É nessa operação que se configura uma das principais atividades científicas do museu, a musealização que visa explorar a realidade a partir da atribuição de sentidos e significados.

Meneses (1992) defende que é importante compreender os objetos a partir da interação social, ultrapassando os limites de atribuições institucionais. É possível “acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos”. (Gonçalves, 2007, p. 15). Esta concepção pode ser vista a partir das características de durabilidade e da realização de atividades técnicas, operacionais, específicas que possibilitam expressar realidades a partir do significado que eles representam e da compreensão do objeto enquanto documento. Neste sentido, Pomian (1984, p. 65) identifica dois mundos no objeto, um mundo visível e outro invisível. O visível é palpável, é matéria, está ao alcance da mão, enquanto o invisível está para além dos olhos do observador e pode ser preenchido por entidades como acontecimentos, circunstâncias, antepassados entre outras, permitindo o cumprimento da função subjetiva criando alma, vida e possibilitando eternizar memórias a partir da criação das narrativas sobre os objetos e dos fatos culturais que os circundam.

Explorar a invisibilidade de objetos inseridos em instituições como os museus exige caminhos interdisciplinares no sentido de compartilhar teorias e metodologias de percepções afins. Esta perspectiva possibilita desafios, norteia várias visões e reflexões e estimula um diálogo construtivo.

Buscamos como metodologia a pesquisa bibliográfica para recuperar informações em diversas fontes informacionais especializadas na temática abordada. Para compreender os objetos enquanto documentos, utilizamos perspectivas da Documentação e Musealização reconhecendo os valores simbólicos das expressões materiais produzidas em sociedade.

Cabe destacar que esse artigo é fruto de reflexões e registros advindos da tese doutoral publicada em 2021 intitulada “Da invisibilidade à informação: memórias reveladas de objetos tridimensionais da cultura popular”.

Representar Para Visibilizar

Representar algo é resultado de uma construção histórica, social e cultural. Pearce (2003) reconhece que “se não houvesse seres humanos na Terra, as pedras existiriam, ainda estariam lá, no ambiente natural, porém não seriam denominadas de pedras, porque não haveria mineralogia e nem linguagem para classificá-las”². (Pearce, 2003, tradução livre). As espécies da história natural são construções sociais, assim como qualquer outro objeto que pode ser instrumento de análise social e servir como representação.

Cabe aqui abrir um parêntese e destacar o sentido da categoria representação de acordo com Meneses (2002, p. 25) ao declarar que a representação é ambígua, significa tornar presente o que está ausente. Para ele a representação “se faz com segmentos do mundo físico, se faz com elementos que integram a nossa própria natureza, reitero, que está marcada por nossa corporeidade” (Meneses, 2002, p. 25). Dessa forma, o objeto simboliza a realidade e por sua vez, o museu se assemelha à ciência e à arte, pois representa o mundo, os seres, as coisas e as relações. Ulpiano T. Bezerra de Meneses vai além na sua discussão quando questiona por que o ser humano sente a necessidade de representar, e ele próprio responde:

Precisamos representar porque somos seres não só produtores de sentidos, significados, valores, mas vivemos deles, não passamos sem eles. [...] A representação portanto é uma necessidade inelutável, por que sem ela não poderíamos dar inteligibilidade e sentido ao mundo em que existimos. (Meneses, 2002, p. 24-25).

O autor citado é contundente quando afirma que não se devem confundir as coisas do museu com as coisas da vida, pois a representação cria a possibilidade de perceber o emaranhado da existência dos indivíduos, bem como a sua diluição e tudo que compete as experiências humanas. Assim uma arma no museu pode representar a ação de atirar, porém não assume essa função efetivamente, todavia se transmuta em documento com a função de informar sobre o que representava anteriormente e o representa no presente.

Corroborando com o que foi exposto acima, compreendemos que o sentido da coleta de um objeto que possibilita testemunhar uma realidade seja utilizado para representar algo que esteja ligado às relações humanas que façam sentido para a sua preservação. Desse modo, pode servir como meio para comunicar acontecimentos ocultos, invisíveis e que não podem ser visibilizados pela sua materialidade.

2 “If there were no human beings on earth, stones would still be there, but they would not be ‘stones’ because there would be neither mineralogy nor language with which to distinguish and classify them”. (PEARCE, 2003, p. 10)

Entendendo que visibilidade³ é a matéria, a forma, a estética e o modo aparente da apresentação, enquanto a invisibilidade é o que está ausente, invisível aos olhos de quem vê, ou tudo o que está “além do horizonte” [...] para lá de qualquer espaço físico”. (Pomian, 1984, p. 66). Schärer (2009) afirma que trazer a subjetividade é evidenciar os significados, registrar a trajetória do objeto entre outros elementos que podem ser incorporados, ressignificados e reforçam a importância do objeto. É um esforço para superar a materialidade e trazer potencialidades estabelecidas de acordo com os valores ideais que lhes são atribuídos (valores estéticos, de memória, de conhecimento e simbólico). Ademais podemos obter uma interpretação baseada no que se quer comunicar, cobrindo um só objetivo e fazendo com que os objetos e os espaços sejam simbólicos e significantes.

Em meio ao processo de significação, Baudrillard (1972, 1993) considera que no reino do signo os objetos adquirem outros valores além da representação, isto é, da comunicação⁴. Com a ausência da comunicação, os objetos perdem o sentido no processo da narrativa construída em um acervo custodiado por uma instituição que tem as mesmas características do museu. O sentido e a significação definem o estatuto, o status e o que é comunicado no processo de trocas simbólicas.

Pomian (1984, 2003) reconhece que os instrumentos materiais não podem assegurar a comunicação entre o mundo visível e o mundo invisível sem que os objetos sejam expostos ao olhar do outro. Só podem ser mediadores se esta condição for satisfeita. McLuhan (1995) considera que o meio é a mensagem, o objeto é a própria mensagem, media uma realidade a outra, influencia e é influenciada pela forma de transmissão. O conteúdo é ao mesmo tempo emissor e receptor. Porém Baudrillard (1993) diz que esses bens materiais seguem uma lógica social e se diferenciam conforme os sistemas de classificações criados no meio social e cultural.

Essas classificações são estabelecidas de acordo com o tipo de cultura, com a categoria social, ou ainda com a organização do contexto no qual o objeto se encontra, além das práticas às quais estão ligadas e as contradições no discurso social. Assim sendo, é pertinente uma análise baseada em contradições sociais que estão submetidas à materialidade, tendo em vista que ela diz muito sobre o estatuto do seu criador e por sua vez está inserida em um sistema de práticas que constituem a estrutura geral do comportamento social. (Baudrillard, 1972, p. 48-51).

Devemos atentar aos acontecimentos do mundo contemporâneo, com as suas constantes transformações, as idas e as voltas da vida apontando para as construções de realidades que envolvem as relações sociais na circulação dos objetos. (Baudrillard, 1972, 1993; Geertz, 2008).

A atribuição de valor é realizada segundo a tendência de padronização coletiva. São atributos subjetivos e invisíveis, todavia necessitam da representação física, objetiva, visível que pode adquirir diferentes posições simbólicas, observadas em especial na mudança da função de uso para uma função não utilitária. Logo, são susceptíveis às circunstâncias de mudanças de valores e significados. Os valores no sistema simbólico ocorrem em uma relação constituída

3 Entendido também por Meneses como os aspectos físico-químicos, ou seja: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza entre outros.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

4 Para comunicação e museu ver: Lima (2010: 17).

dentro de um contexto que envolve pessoas, de acordo com sentidos construídos de forma coletiva que pode vincular um objeto a uma pessoa, instituição, marca ou categoria. A partir dessa reflexão, podemos compreender que um símbolo pode ser investigado com base em valores criados e inventados por indivíduos.

A interpretação simbólica dá a amplitude do objeto não apenas com base na sua função de atender às necessidades de sobrevivência, mas como imagens, signos, produtores de elementos culturais invisíveis, resultado de uma dinâmica ocorrida nas experiências humanas. Esse processo é baseado na atribuição de suas funções, sentidos, significados e valores, conforme sugere Meneses (2009) que vão além da aparência material, extrapolando a sua massa corpórea, concreta e tangível. Verificamos, portanto que após o seu estado de uso, os objetos podem ser ressignificados, extraviados, descartados, reutilizados ou reciclados retornando à sua funcionalidade ou podem adquirir uma nova forma estética, tornando-se um produto artístico, sem que para isto tenha funcionalidade e utilidade. Podem ainda, ser esquecidos em caixas ou porões sem nenhuma utilidade, muitas vezes têm um destino ignorado, são guardados com o objetivo de servir como uma lembrança afetiva e até mesmo são passíveis de recolhimentos para custódia, transformando-se em um artefato colecionável de um indivíduo ou de uma instituição.

É perceptível o reconhecimento de que os objetos são considerados indispensáveis no processo de descoberta das possibilidades de mediar e operacionalizar ações que resultam em necessidades individuais ou coletivas. Estas podem ser de sobrevivência, como por exemplo, no uso de ferramentas cotidianas para suprir a necessidade alimentar ou para compor um cenário de condições exigidas em meio social e cultural tal qual a utilização do computador, da caneta, entre tantos outros tipos de materiais com funções distintas que atendem determinadas situações.

Esclarecemos que o caráter indissociável do objeto nas relações com o ser humano e o contexto envolvido permitiu a criação de inúmeros tipos de produtos ao longo da existência humana até os dias atuais, causando uma associação dinâmica e muitas vezes certa dependência do indivíduo para atender diferentes demandas.

Gonçalves (2007, p. 14) declara que nesse processo foram criadas várias categorias conforme os “sistemas classificatórios” inerentes ao ser humano. Dentro desses sistemas, o autor considera que para ganhar existência e significado, os bens materiais são organizados, hierarquizados, categorizados e divididos de acordo com a função atribuída por convenção simbólica e cultural, formando uma “diversificada teia de objetos”. Neste sentido, as categorias são criadas e até manipuladas segundo circunstâncias apresentadas nas relações sociais.

Vale ressaltar que a obviedade da relevância cultural, social e simbólica atribuída aos objetos faz com que eles também se tornem importantes com a mesma intensidade. Como consequência as categorias são estabelecidas naturalmente, ao ponto de passarem despercebidas diante dos sistemas classificatórios no cotidiano das pessoas. (Gonçalves, 2007, p. 14).

Com isso, devemos ficar vigilantes e cientes de que categorias são frutos de uma construção advinda do meio social e cultural e atribuir sentido e significado compreende a existência de intenções e interesses que nem sempre estão visíveis. No entanto, elas podem ser transformadas ou ampliadas, afinal o indivíduo ou grupo social pode criar, controlar e até influenciá-las de acordo com determinadas circunstâncias.

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

Um objeto coletado e inserido em uma instituição social perde a sua função original de criação, é transformado em símbolo e incorpora outros valores de acordo com o novo contexto. No entanto, o estágio de vida desses instrumentos culturais não é limitado, atravessa espaços e tempos que podem modificar a sua própria história. Para tanto, ao adentrarem em contextos simbólicos é preciso que sejam utilizados procedimentos específicos que conduzam a formação de símbolos ilimitados de informações.

A ampliação investigativa de um objeto vai depender de ações produtoras de informações que têm na musealização o processo que extrapola o sentido de mero objeto de contemplação. As práticas museais estão se tornando cada vez mais um processo social em decorrência das possibilidades de ressignificação que objetivam o entendimento de uma preservação⁵ dinâmica onde as intervenções humanas permitem que os valores atribuídos às coisas musealizadas sejam intensificados a partir da compreensão de que são portadoras de informação e comunicação.

Potencialização do documento no processo de musealização

Uma das principais características dos museus é apresentar ao seu público coisas perceptíveis pela visão, audição ou ainda pelo tato, gosto ou odor. (Desvallées; Mairesse, 2010, 2013). Tais sentidos trazem o diferencial para esta instituição com base nas experiências de cada indivíduo, vivenciadas a partir de aspectos subjetivos que advêm da fruição e olhar para um representante material de determinada realidade.

Esse entendimento indica que os objetos em museus até podem se encontrar descontextualizados, todavia não perdem o seu conteúdo, permitindo indagações tais como: de que forma podemos compreender quem ressignifica, interpreta e contextualiza um objeto e como ocorre esse procedimento? Quem determina sua entrada em um espaço de preservação e custódia? Qual processo ou quais processos possibilitam sua mudança de status? Qual potencial o objeto nos fornece ao alcançar diferente status? Acreditamos que as respostas nos conduzem a um direcionamento para a obtenção de elementos que potencializam de informações os artefatos existentes em um museu ou de qualquer outra instituição que tem características semelhantes.

Historicamente, a busca pelo aproveitamento informacional de um produto que representa uma realidade individual ou coletiva teve seu acelerado ritmo quando se reconheceu que um dos principais parâmetros de desenvolvimento da sociedade estava na qualidade da produção, uso e disseminação da informação, exigindo níveis de excelência nos fluxos informacionais⁶. Além do mais, o conhecimento intelectual e científico se tornava cada vez mais globalizado, conduzido pelas tecnologias eletrônicas. Essa dinâmica social favoreceu a

5 Uma das funções atribuídas aos objetos é a de preservação da memória, tendo em vista possibilitar lembranças do passado, das origens, e reconstituir a história a partir de uma necessidade do presente (MENESES, 2007). Preservar em museus permite constituir práticas que se fazem relevantes, pois Ferrez (1991, p. 7) alerta que “A destruição das informações, sobretudo as de natureza extrínseca, quaisquer que sejam as causas, pode significar a perda definitiva e irreparável da história dos objetos”. A necessidade de preservação está vinculada à própria natureza do homem. Em ambiente físico os objetos enfrentam desgastes ou situações que incorrem na sua perda total ou parcial como incêndios, enchentes, desgastes, pragas, entre outros.

6 Fluxos informacionais: “seguimento, sequência, sucessão, de eventos dinamicamente produzidos, que determinam o encadeamento ou a vicissitude dos acontecimentos relacionados com as práticas informacionais”. (Barreto, 2002, p. 68).

formação de diferentes métodos de análise de documentos e de informações. Os objetos de museus, por exemplo, foram reconhecidos para além do que está visível, principalmente como instrumento simbólico cultural e sobretudo como informacionais com uma dimensão comunicativa.

Embora estejamos diante de diversos tipos de recursos tecnológicos criados para facilitar o trabalho de atividades ligadas a documentos e informações, ainda convivemos com questões não solucionadas em muitas instituições quando se trata de como estão sendo apropriadas, isto é, produzidas, organizadas, preservadas e disseminadas.

Verificamos que a ideia revolucionária de Paul Otlet (1868-1944) criada na década de 1930, foi fundamental para a compreensão do objeto enquanto documento e sua potencialização informacional. Paul Otlet “estava profundamente preocupado sobre como, com novas tecnologias e novas formas de organização, o conhecimento poderia ser mobilizado para administrar as mudanças sociais de modo mais eficaz do que antes” (Rayward, 2018: XIII). A premissa era de que qualquer coisa que tivesse valor probatório e documentasse algo deveria ser instrumento de pesquisa. Esta mudança de perspectiva levou ao entendimento de que a Bibliografia e a Biblioteconomia, responsáveis pelos estudos da demanda de documentos impressos, não estavam sendo satisfatórias para acompanhar tal avanço, como consequência foi necessário adotar novas práticas para englobar os materiais bidimensionais e tridimensionais. (Rayward, 2018; Buckland, 1997).

Com essa perspectiva, Paul Otlet abrangeu a biblioteca, o arquivo e o museu no sentido de universalizar os acervos com sua representação informativa em um catálogo padronizado e ligado sistematicamente entre si, objetivando formar um centro de documentação em forma de rede. Desse modo, acreditava que registrar um documento deveria oferecer informações documentadas e organizadas baseadas em qualquer fato ou conhecimento e deveriam ser: universais quanto ao seu objeto; corretas e verdadeiras; completas; rápidas; atualizadas; fáceis de obter; reunidas antecipadamente e preparadas para serem comunicadas, além de disponibilizar o maior número possível de informações. (Otlet, 1934, 2018). Corroborando com a perspectiva de Paul Otlet e tornando-se sua discípula, a bibliotecária Suzanne Briet (1951, 2016) defendeu que registrar é uma das atividades basilares para comprovar, preservar, perpetuar um documento no tempo e em qualquer lugar, com isso o objeto pode se transformar em documento a partir de um processo de registro pois o transforma em evidência que comprova uma realidade.

Buckland (1997) ratifica o pensamento de Suzanne Briet em relação a transformação do objeto em documento e amplia o pensamento ao considerar que atende três características: materialidade, intencionalidade e organização em um sistema. O processamento de transformação é realizado em instituições de informação e/ou por profissionais de documentação.

Verificamos na contemporaneidade a existência dessas características, tendo em vista a informação ser um fenômeno de necessidade inquestionável por estar envolvida nas mais diferentes atividades sociais, culturais, políticas e econômicas e interagir entre os indivíduos e todas as coisas que fazem parte do cotidiano das pessoas, principalmente diante da interatividade com a internet e todas as suas possibilidades de comunicação, agilidade, armazenamento de dados, entre outras.

É pertinente observar que a compreensão dos objetos a partir da função de documento também foi tema de reflexões em diferentes áreas com destaque

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

para o movimento da Nova História Cultural. Pesquisadores como Fernand Braudel e Jacques Le Goff entre outros, perceberam que deveriam ampliar as possibilidades de obter informação no processo de registrar a história utilizando outras formas de expressão humana como instrumento de testemunho de uma realidade. Tais estudiosos incluíram objetos bidimensionais, tridimensionais, manifestações orais e sobretudo documentos que não necessariamente fossem grandiloquentes, como evidências de realidades que até então estavam excluídas do processo de testemunhar determinada cultura.

Assim, esses instrumentos culturais inseridos em instituições como os museus pertencem a “tempos, espaços e grupos sociais diferenciados”. (Loureiro, 2008, p. 24). Compõem elementos heterogêneos representados pela arte, ciência, expressões populares e tantos outros encontrados no mesmo contexto museológico que operam sob o eixo diacrônico da historicidade. (Loureiro, 2008).

O processo de recolha de objetos depende do sentido e significado atribuído pelo indivíduo que percebe no artefato um diferencial para representar algo independente do contexto social que envolve determinado bem cultural. Nesta perspectiva, o museu é considerado um espaço democrático que custodia diversos vestígios culturais de diferentes espaços e tempos. Os valores simbólicos e informacionais atribuídos a tais vestígios, refletem na sua transformação em documento que constitui fontes ilimitadas de conhecimento.

Entendemos que para Museologia essas expressões humanas materiais são simbólicas e fundamentais para os estudos dessa área de conhecimento, sobretudo a partir do processo de musealização e suas práticas estabelecidas. De acordo com Stránský (1987, 2017) os avanços sociais e culturais trouxeram para a contemporaneidade novas formas de pensar a museologia e diferentes métodos de trabalho nos museus a partir do seu papel social. O autor supracitado considera que “a missão dos museus é criar uma base de documentos, uma base sistemática e crítica através dos documentos primários – museálias - e preservar esta base e disponibilizá-la para as necessidades da ciência e educação” (Stránský, 2017, p. 25).

Para Brulon (2017: 404), com esse pensamento Stránský estabeleceu uma metateoria, ou seja, objeto de estudo da própria museologia, legitimando como área científica, cujo objetivo foi deslocar o seu objeto de estudo que era o museu para a musealidade. Tal concepção foi fundamental para estabelecer e definir os fundamentos da teoria museológica, cunhando a palavra musealização com o objetivo de se referir ao processo que envolve as práticas utilizadas na preservação dos objetos, denominando-os de *musealium* (museália). O autor supracitado compreende ainda que a musealidade é:

o valor documental específico. Esse último conceito, central em sua teoria, levaria Stránský a pensar a intenção cognitiva da Museologia como a de interpretar de forma científica “uma postura do homem em relação a realidade”. Em sua opinião, a busca pelo caráter museal das coisas, que ele chamou de “musealidade”, devia estar “no centro da intenção gnosiológica da museologia”, como a tarefa científica dessa disciplina, delimitando o seu lugar no sistema das ciências (Brulon, 2017, p. 410).

Assim, a museologia adentrava em um novo processo de mudanças epistemológicas ao ponto de a partir dessa concepção a comunidade museológica se sentir fortalecida para seguir uma referência não só teórica como também prática. Loureiro (2016, p. 94) declara que a aceitação pela comunidade museológica dos termos atribuídos por Stránský, principalmente a musealização, foi

acentuada na década de 1980, tendo em vista que em anos anteriores, outras construções teóricas epistemológicas foram evidenciadas como o “Fator M” do Polonês Wojciech Gluzinski que não teve impacto positivo entre os pares da área.

Em artigo mais recente Loureiro (2019) defende a influência exercida por Stránský nos aspectos epistemológicos da museologia, porém admite que a concepção sobre o objeto como um documento foi por ele refutada em outro momento, provavelmente com a intenção de ressaltar o caráter científico da Museologia como disciplina considerando que poderia se construir elementos científicos para atender as próprias realidades específicas da área no que se refere a abordagem da documentação em museus.

Neste sentido, é pertinente reconhecer que esforços epistemológicos são realizados em busca de afirmação científica e de identidade de qualquer área, especialmente as que se aproximam de perspectivas sociais, com vistas a se estabelecer junto à comunidade científica, além de possibilitar a renovação de conceitos. Situações como esta incluem uma relação de poder na dimensão dos espaços acadêmicos, o que pode levar à construção de categorias de acordo com cada demanda cultural científica.

Cabe aqui lembrar que as interpretações culturais são elaborações simbolicamente representadas em um sistema a partir de elementos abstratos das experiências humanas, causando o reconhecimento de identidades por diversos grupos sociais que podem ser influenciados por diferentes elementos inseridos na pluralidade das interpretações. (Geertz, 2008). Desse modo é na diversidade de pensamentos que são definidas as identidades dos indivíduos e das instituições.

Essa dinâmica é demonstrada por Lima (2015) ao considerar que a musealização, enquanto categoria, foi legitimada conforme o poder do sistema simbólico que tem no seu contexto “dois extratos inter-relacionados nos regentes que comandam a intervenção e apropriação cultural”. Estes foram estabelecidos: a) institucionalmente por entidades especializadas na legitimação, representadas pelo próprio museu, além das áreas interdisciplinares, as instituições locais, nacionais e internacionais, responsáveis pelas categorizações teóricas e definição dos domínios das atividades práticas; b) a autora atribui também a responsabilidade pela constituição de valores e mudanças em relação à referida área, aos museólogos e outros especialistas bem como a parceiros ativos legitimados socialmente.

Estes aspectos merecem ser destacados para esclarecer o funcionamento da construção de um sistema simbólico que envolve as mudanças estruturais de uma área, ao mesmo tempo demonstrando que na seleção de um objeto de museu podem estar inter-relacionados eventos que aparentemente não são percebidos.

Neste sentido, é pertinente enfatizar que a contribuição de Zbyněk Zbyslav Stránský, a partir de suas reflexões calcadas nas atividades práticas dos museus, estimulou a construção de uma identidade da área e dos seus profissionais. Sua teoria foi apresentada em um período historicamente marcado por uma necessidade de estabelecer ações e práticas em museus, na tentativa de aproximação com a realidade social.

Assim sendo, o termo musealização já está estabelecido pela comunidade científica e profissional, tendo em vista que ao acessarmos as bases de dados online, verificamos um número considerável de trabalhos publicados nos mais diferentes meios científicos e por diferentes autores nacionais e internacionais.

André Desvallées e François Mairesse consideram que apenas a transferência, ou seja, a saída do estado de origem para o museu, não resume o sentido

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

do ato de musealizar, que inclui a mudança para um novo contexto, elaborando uma theusarização e apresentação do documento. Neste processo o artefato “assume o papel de evidência material ou imaterial do homem e do seu meio”, para ser fonte de pesquisas e constituir uma “realidade cultural específica” ao adquirir valor documental que consiste na musealidade. (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57).

Os referidos autores ressaltam que a musealização é fruto de atividades contextualizadas com vistas à exploração da realidade para além da compreensão dos sentidos dos próprios objetos e direciona o museu a se deslocar do mundo do templo para o de laboratório. Admitem ainda que o objeto substitui a realidade a partir de sua representação.

A noção apresentada por ambos os autores contribui com a teoria de Stransky, embora se perceba a inclusão de elementos contemporâneos como considerar que a coisa musealizada é portadora de informação, a instituição é laboratório e o valor documental é imprescindível no processo.

Araújo (2018) corrobora com André Desvallées e François Mairesse quando os autores entendem que o processo de musealização se “concretiza ou finaliza com a institucionalização do objeto”. (Araújo, 2018, p. 59). O autor defende que a característica simbólica dos artefatos atribuída institucionalmente passa a ser elemento primordial no processo de transformação das experiências culturais materiais e imateriais da humanidade. No entanto, essa atribuição é insuficiente, pois deve ser acompanhada de práticas que têm como base o conjunto de metodologias no que concerne à conservação, documentação e comunicação estabelecidas nas instituições.

Acrescenta ainda que é um processo objetivo, de caráter ativo e dinâmico, que inter-relaciona todas as funções no museu e mantém ligação dos indivíduos com os objetos. Baseia-se em valores e conceitos epistemológicos que possibilitam desvincular a ideia de museu como templo para museu como laboratório onde são desenvolvidas ações que geram novos conhecimentos, além de contribuir com reflexões sobre o seu papel na sociedade. (Araújo, 2018).

Buscando nos aproximar da abordagem que tem as bases teóricas de Paul Otlet e Suzanne Briet, encontramos no conceito de Loureiro (2016) uma concepção contemporânea quando admite que a musealização

consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (Loureiro, 2016, p. 101).

Esse entendimento, possibilita valorizar o objeto, a partir dos sentidos e significados atribuídos. Os processos que a autora contempla na musealização exprimem operações objetivas com a convicção de realizar uma “síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa”. (Loureiro, 2016, p. 101).

A autora supracitada acredita que ao adentrar no museu o objeto passa por atividades de reapropriação por consistir em procedimentos de reelaboração e atribuição de valor. Assim, uma das principais contribuições de um museu

está na possibilidade de ressignificar os objetos e ampliar suas referências.

É oportuno lembrar que um dos aspectos principais que diferenciam um vestígio cultural na função de uso em relação a outro na função simbólica é a sua representação que pode ser de um indivíduo, uma situação ou qualquer contexto identificado como importante a ser preservado. Por sua vez na realização de práticas inseridas no processo de musealização é possível adentrar no enfoque informacional com base em todo o contexto que abrange o objeto.

O caráter informativo está intrinsecamente ligado ao processo de transformação do objeto em documento, considerado por Meneses (1992) como a essência da musealização. É pertinente complementar essa perspectiva com o pensamento de Loureiro quando diz que

Coleções de museus são artefatos capazes de conferir visibilidade a realidades dispersas no tempo e/ou no espaço e, portanto, naturalmente invisíveis. Ideias e conceitos como “espécie”, “gênero” e “família”, por exemplo, são visíveis apenas através da reunião artificial de espécimes vivos ou de seus “fragmentos”, naturalmente dispersos. Loureiro (2010, p. 212).

O ato de documentar pressupõe práticas informacionais que garantem preservar, organizar, interpretar e divulgar conteúdos e evidências materiais e imateriais. Esses pressupostos são identificados nos mais diferentes locais custodiadores de documentos assim como são marcados por aspectos físicos, conceituais, sociais, tecnológicos e culturais que são fundamentais para a valorização das suas potencialidades informacionais com vistas a sua divulgação ao público. Ressaltamos que a musealização se constitui de práticas e conceitos que permitem uma relação direta com a Documentação e a Ciência da Informação.

Como já foi apresentado anteriormente, os produtos simbólicos devem ser vistos de forma ampla, buscando informações mesmo as que estão ocultas. A perspectiva info-comunicacional do conceito de musealização de Maria Lúcia Loureiro, permite entender que esse processo possibilita cercar e identificar as potencialidades informacionais dos objetos, caso contrário, podem se tornar obsoletos, muitas vezes esquecidos nas reservas técnicas, provocando quando de sua exposição carência de informações, ou seja, se apresentam potencialmente informativos, porém há a necessidade de efetivar e torná-los visíveis.

É apropriada a importância na elaboração de um planejamento para garantir eficiência e eficácia na musealização. Ademais, Ferrez (1991) aponta que a trajetória do objeto não é finalizada no momento de coleta e entrada no museu por considerar a existência de atividades que permitem documentar os artefatos. A partir deste aspecto, Van Mensch (2015) enfatiza que reflexões sobre a história das coleções, os sentidos e significados atribuídos, cobrem novas bases do pensamento museológico, tornando-se um campo fértil para investigações.

Nos dias atuais quando se fala em planejamento de uma instituição é indispensável introduzir tecnologias de informação e comunicação operando em todos os processos técnicos, operacionais e administrativos, no sentido de buscar maior eficiência e eficácia tanto na operacionalização interna dos espaços, quanto para disponibilização com o objetivo de manter a função social e cultural das instituições. As mudanças tecnológicas podem ser introduzidas em várias frentes como: a comunicação, o acesso, a organização e o tratamento técnico, facilidade de cooperar dados eletrônicos entre instituições e máquinas.

Esta perspectiva vai depender da atenção no processo de musealização por ser um instrumento base no processo de preservação das informações.

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

Schärer (2009, p. 88, tradução livre) considera que esse processo é mais que uma “segurança física [...] é também a garantia do valor intelectual, o valor emocional (lembranças) valor religioso (símbolo), valor estético (forma) e o valor de conhecimento dos objetos”⁷. A aparência física não muda, porém mudam questões sociais observadas na prática da significação que depende da intencionalidade de quem atribui sentido e significado.

A musealização vista como um processo de preservação dos elementos culturais apresenta-se como uma ação de trabalho cultural, tendo em vista que os produtos são evidências, testemunhos e documentos, além de poder dar fidelidade a sua origem. Para tanto são dados culturais que evidenciam fatos⁸ com base na sua materialidade e no contexto cultural ao qual ele pertence, possibilitando representar realidades e evocar memórias. (Rússio, 1984).

A função cultural permite ampliar o potencial de informação, favorecendo revelar o que está oculto aos aspectos físicos dos bens culturais. Para Pomian (1984, 2003), o objeto adquire alma, vida, mas nem sempre é possível perceber o invisível a partir do que está aparente. É preciso munir-se de argumentos para se aproximar ao máximo da realidade.

As instituições devem conhecer com propriedade todo o processo evitando informações imprecisas, afastando-se de narrativas de um passado fantasioso. O cenário no qual é constituída a musealização não dissocia aspectos sociais, culturais e até políticos, verifica-se essa afinidade devido à própria condição simbólica, cultural, documental informacional e comunicacional que o objeto assume, ao deixar de ter a função de um produto utilitário para ter o papel de testemunho de uma cultura, potencialmente informativo. Contudo, a informação está presente no documento não só nos traços materiais visíveis, mas também nas condições externas que vão refletir sobre o seu sentido e significado, sobretudo na agregação de valor. Tal reflexão é tarefa árdua devido à diversidade de conceitos e de relações associadas.

É necessário determinar algumas circunstâncias e compreender fenômenos para identificar com clareza o contexto a ser interpretado em um processo de musealização, pois a cada forma de compreender um bem cultural com novas informações, surgem elementos indispensáveis como: históricos, políticos, culturais e sociais que agregam valor e potencializam o objeto. Assim, é fundamental representar as características físicas das expressões humanas materiais e todo o contexto social e cultural atribuindo sentido, significado e valores sociais e culturais.

Conclusão

As reflexões apresentadas nessa revisão de literatura, servem para indicar que as expressões humanas materiais podem ser entendidas a partir do seu estado físico, do valor simbólico e do seu conteúdo. Reconhece, portanto como um documento que representa algo que venha informar, dependendo de critérios estabelecidos a priori que vão ser verificados a partir da intencionalidade de quem está percebendo enquanto tal função. Essa posição sinaliza que o objeto coletado para compor um acervo é simbólico e pode ser ressignificado

7 *Musealization provides more than just physical security (hoarding treasures) for objects; it also secures the intellectual value, the emotional value (remembrance), the religious value (symbols), as well as the aesthetic value (“best of” collection) and knowledge value of objects.* (Schärer, 2009, p. 88).

8 Rússio (1984, p. 60) entende que esses fatos para a museologia são fatos museais, compreendido como a “relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto testemunho da realidade”.

a partir de registros intrínsecos e extrínsecos. A informação por sua vez pode ser adquirida de significações advindas da realidade na qual o documento se origina, mas também da intenção e relação com a situação vivenciada do momento presente.

Os objetos nem sempre são criados com o objetivo de informar, no entanto, podem ser um documento desde que seja reconhecido por quem nele busca uma informação, atribui um significado (Meyriat, 2016). Ao mesmo tempo ele pode ser transformado em um suporte de mensagem inserido em um processo comunicativo estabelecido nas relações sociais e culturais.

Um dos desafios contemporâneos para as pesquisas sobre o documento enquanto evidência está na forma como são tratados no ato de sua coleta e na percepção de reconhecer o que se pode fazer com a informação atribuída a ele, incluindo a possibilidade de encontrar a forma mais adequada para utilizar o seu potencial de informação.

Verificamos que os debates no tocante a esta temática foram intensificados nos últimos anos em relação aos procedimentos técnicos e teóricos, sobretudo a representação, catalogação e classificação. Incluindo a visão de que as instituições podem ser dinâmicas superando a função limitada e conservadora de seus acervos. As marcas dos debates incorporaram elementos sociais, culturais e históricos, ampliando a compreensão dos objetos enquanto documentos mediadores de comunicação e informação.

Enfatizamos que a porta de entrada para um objeto se transformar em documento é a intencionalidade. Assim, buscamos Meyriat (2016) para complementar o pensamento, pois ele considera que a intencionalidade parte do produtor do documento, identificado como o emissor ou de quem busca a informação, identificado como o receptor. Para tanto, a ação de seleção, aquisição e coleta dependem da necessidade de evidenciar algo representativo e que na ocasião pode estar vinculado a transformações sociais permitindo a um indivíduo ou grupo preservar as experiências quer sejam materiais ou imateriais.

Neste sentido, áreas como a Documentação, a Museologia, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Ciência da informação podem aprimorar os mecanismos referentes à produção, tratamento e comunicação de informação sobre os documentos e as instituições que os custodiam e assim favorecer o alcance dos objetivos de necessidade.

Referências

ARAÚJO, Bruno Melo de. *Entre objetos e instituições: trajetória e constituição dos conjuntos de objetos de C&T das Engenharias em Pernambuco*. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) – PPGMP-CCHS, Rio de Janeiro, 2018.

BAUDRILLARD, Jean. *A moral dos objetos: função-signo e lógica de classe*. Semiólogia dos objetos. São Paulo: Editora Perspectiva, 4. ed, 1972. p.42-87.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BRIET, Suzanne. *O que é a documentação?* Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2016. E-book.

BRIET, Suzanne. *Quest-ce_que_la_documentation?* Paris: Éditions documentaires, ISSN 2238-5436

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

Industrielles et Techniques, 1951. 48p. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/b6/Briet_Suzanne_Quest-ce_que_la_documentation_1951.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento germinal de Zbyněk Z. Stransky e a Escola de Brno. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v.25. n.1. p. 403-425. Jan. abril 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100403. Acesso em: 19 jan. 2020.

DESVALLÉES, André.; MAIRESSE, François. (Dir.). *Concepts clés de la muséologie*. Paris: Armand Colin et ICOM, 2010.

DESVALLÉES, André.; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. (Ed.). Bruno B. Soares e Marília X. Cury (Trad. e Coment.) São Paulo: Comitê Brasileiro do CIM: Pinacoteca do Estado de São Paulo: SEC, 2013. 100 p. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 12 nov. 2020.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: teoria para uma Boa Prática. In: FÓRUM DE MUSEUS DO NORDESTE, 4. *Anais...* Recife, 1991. Disponível em: https://docgo.net/viewdoc.html?utm_source=documentacao-museologica-helena-dodd-ferrez. Acesso em: 05 jan. 2020.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 13 reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf Acesso em: 18 nov. 2019.

GONÇALVES: José Reginaldo. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007. (Coleção Museu, memória e cidadania).

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: um juízo/uma atitude do campo da museologia integrando musealidade e museália. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 42, n. 3, p.379-398, set./dez., 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1369/1548>. Acesso em: 16 jan. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.3 n.2 jul/dez., 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em: 16 dez. 2020.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A Documentação e suas diversas abordagens: esboço acerca da unidade museológica. In: GRANATO, Marcos; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, M.L.N.M.(Org.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Divulgação científica em museus: as coleções e seu papel na linguagem expográfica. In: I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola. *Actas ...* Porto: Universidade do Porto / Faculdade de Letras / Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2010, v.2, p. 208. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8034.pdf>. Acesso em: 30 de jul. 2024.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. Reflexões sobre musealização: processo informacional e estratégia de preservação. In: Seminário Serviços de Informação em Museus: colecionar e significar: documentação de acervos e seus desafios, 3, 2014. *Anais...* São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016. 244 p. p. 91-103. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/11738.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Trad. De Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1995.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história, cativa da memória? Por um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Rev. Inst. Est. Bras*, São Paulo, v. 34, p. 9-24, 1992.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. In: Seminário sobre Museus-Casas: Pesquisa e Documentação, 4, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p. 17-48. Disponível em: http://casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=1207. Acesso em: 19 jan. 2020.

MEYRIAT, Jean. Documento, documentação, documentologia. Tradução: Camila Mariana A. da Silva; Marcílio de Brito; Cristina Dotta Ortega. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.21, n.3, p.240-253, jul./set. 2016.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 11 de abr. 2019.

OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro*. Teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. E-book.

PEARCE, Susan M. Museum objects. In: _____. (Editor). *Interpreting objects and collections*. London and New York: Routledge, 2003a. p. 02 a 06. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/jaro2013/SANI05/um/Susan_Pearce_Interpreting_Objects_and_Collection.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEARCE, Susan M. Thinking about things. In: _____. (Editor). *Interpreting objects and collections*. London and New York: Routledge, 2003b. p. 125-132. Disponível em: https://is.muni.cz/el/1423/jaro2013/SANI05/um/Susan_Pearce_Interpreting_Objects_and_Collection.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. v. 1: Memória, História. p. 51-86. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 04 jan. 2018.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro*. Teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2018. E-book.

Entre indivíduos, objetos e documentos emergem realidades invisíveis

RÚSSIO, Waldísia. Texto III. In: ARANTES, Antonio Augusto. (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.59-78.

SCHÄRER, Martin R. Things + Ideas + Musealization = Heritage A Museological Approach. *Museologia e Patrimônio*, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/50/39>. Acesso em: 10 nov. 2019.

STRANSKY, Zbynek Z. O objeto da museologia. In.: *Stránský: uma ponte Brno – Brasil. Stránský: a bridge Brno – Brazil. Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UniRio*, 3. Paris: ICOFOM, Rio de Janeiro: UNIRIO. Escola de Museologia, 2017.

VAN MENSCH, Peter. The guardian and the tiger: reflections on the sustainability of heritage. In: VAN MENSCH, L.Meijer. *Collectings Collections*. 2015. p. 38-46.

Recebido em março de 2024.

Aprovado em setembro de 2024.